



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681056 - SP (2021/0224401-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS  
**ADVOGADO** : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS NASCIMENTO -  
SP386952  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCOS SEBASTIAO DA SILVA ANDRE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS SEBASTIAO DA SILVA ANDRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0011815-18.2020.8.26.0996).

Foi instaurado contra o paciente "procedimento disciplinar administrativo visando apurar suposta prática de falta disciplinar de natureza grave em 17/06/2020, consistente em desobediência, por sair de sua cela sem autorização" (fl. 5).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que o processo de apuração reveste-se de nulidade. Primeiro, porque decaído o prazo para apuração da falta. Segundo, por ausência de oitiva do reeducando. Outro, porque faltaria fundamentação idônea ou seria desproporcional, cabendo a aplicação de falta menos gravosa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer as nulidades do processo administrativo e, conseqüentemente, da falta imposta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente